

POLÍTICA ESPECÍFICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E À CORRUPÇÃO DA BB DTVM*

1. Área Responsável

1.1. Gerência Executiva Riscos, Controles Internos e Compliance.

2. Abrangência

2.1. A Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção (“Política”) orienta o comportamento da BB DTVM (“Companhia”).

3. Regulamentação

3.1. A presente Política tem como principais referenciais normativos:

- Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017;
- Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998;
- Lei nº 12.846 de 01 de agosto de 2013;
- Lei 13.260 de 13 de março de 2016;
- Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015;
- Instrução CVM 617 de 06 de dezembro de 2019;
- Circular Bacen 3.978 de 23.01.2020.

4. Periodicidade de Revisão

4.1 Esta Política deverá ser revisada no mínimo a cada ano ou, extraordinariamente, a qualquer tempo – observando eventuais alterações legais, normativas ou estatutárias, e revisões à Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção do Banco do Brasil S.A. – sendo submetida às instâncias competentes, conforme previsão estatutária, para deliberação.

5. Introdução

5.1. **Objeto:** o objetivo desta Política é orientar a atuação da BB DTVM em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção e compõe a relação de políticas específicas da BB DTVM. A BB DTVM atua em consonância com a Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção do Banco do Brasil S.A. (BB).

6. Enunciados

- 6.1. Repudiamos e não toleramos atos de corrupção, suborno, extorsão, propina, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou quaisquer outros ilícitos.
- 6.2. Não autorizamos qualquer tipo de pagamento de facilitação.
- 6.3. Prevenimos as práticas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e de corrupção na realização de negócios no País e no exterior, em consonância com as diretrizes do BB, com a legislação nacional, com as legislações vigentes em cada país onde atuamos, bem como aquelas de alcance transnacional.
- 6.4. Atuamos em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo BB e pelo Governo Federal no que diz respeito à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção, observada a legislação vigente.
- 6.5. Estimulamos e participamos de ações conjuntas, via BB, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.
- 6.6. Adotamos procedimentos, no relacionamento com entes públicos, para inibir a prática de atos de corrupção.
- 6.7. Implementamos os Procedimentos de Integridade previstos na regulamentação em vigor.
- 6.8. Utilizamos, via BB, parâmetros estabelecidos por lei, para registro de transações e identificação daquelas consideradas indício de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, no desenvolvimento de sistemas automatizados de monitoramento de transações realizadas.
- 6.9. Adotamos procedimentos no desenvolvimento de produtos e serviços, para inibir sua utilização para práticas ilícitas ligadas à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.
- 6.10. Realizamos avaliação interna de risco com objetivo de identificar e mensurar o risco da utilização de produtos e serviços para práticas ilícitas de lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.
- 6.11. Não admitimos a movimentação de recursos nos Fundos de Investimento por meio de contas correntes anônimas ou vinculadas a titulares fictícios.
- 6.12. Adotamos procedimentos para análise e comunicação ao Banco do Brasil das operações dos fundos de investimento, com títulos públicos e títulos privados, no mercado secundário, com vistas à detecção de indícios de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou corrupção.
- 6.13. Adotamos procedimentos para análise e comunicação ao Banco do Brasil de toda a movimentação de compra e venda das carteiras administradas e fundos de investimento exclusivos e restritos com vistas à detecção de indícios de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou corrupção.

6.14. Adotamos procedimentos de *due diligence* para mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e corrupção, de acordo com a atividade, a jurisdição e os agentes envolvidos.

6.15. Adotamos medidas de caráter restritivo quanto à realização de negócios e à manutenção de relacionamento negocial com distribuidores de cotas, fornecedores e demais parceiros quando as circunstâncias revelam evidências de envolvimento em atos ligados à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou corrupção, observada a legislação vigente.

6.16. Condicionamos a manutenção de relação de correspondência com instituições financeiras, Corretoras de Valores, parceiros, contrapartes e demais colaboradores, à existência, no âmbito daqueles, de mecanismos para prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e a contratação à inexistência de condenação administrativa ou judicial nas sanções da Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846/2013).

6.17. Consideramos, na manutenção de relação de negócios com parceiros e fornecedores, a existência, no âmbito daqueles terceiros, de mecanismos para prevenção à corrupção.

6.18. Adotamos procedimentos para o acompanhamento do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo pela alta administração, garantindo seu comprometimento com a efetividade e melhoria contínua da política, dos procedimentos e dos controles internos exigidos.

6.19. Utilizamos os canais do BB para o recebimento de denúncias, inclusive anônimas.

6.20. Apuramos indícios e denúncias de atos de corrupção praticados por agentes diretos ou terceiros, em benefício ou interesse da BB DTVM, contra a administração pública, na forma da legislação vigente.

6.21. Apuramos indícios e denúncias de atos de corrupção praticados por agentes diretos ou terceiros, contra o patrimônio da BB DTVM, na forma da legislação vigente.

6.22. Adotamos procedimentos de registro e comunicação ao Banco do Brasil, para análise, das operações financeiras que revelam indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo de forma sigilosa, inclusive em relação aos clientes, bem como os processos relativos à apuração de atos suspeitos de corrupção.

6.23. Preservamos anônima a identidade dos denunciantes.

6.24. Repudiamos quaisquer atos de represália ou retaliação intentados contra denunciante de boa-fé que optem por identificar-se.

6.25. Adotamos medidas de proteção a funcionários denunciante de boa-fé em relação a fatos decorrentes da denúncia.

6.26. Comunicamos, via BB, às autoridades competentes as operações ou propostas de operações que, na forma da legislação vigente, caracterizam indício de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e de corrupção.

6.27. Colaboramos com os poderes públicos em apurações relacionadas a atos lesivos à administração pública que decorram de nossas atividades, observada a legislação vigente.

6.28. Adotamos critérios estabelecidos pelo BB para contratação e conduta de funcionários, com foco na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.

6.29. Solicitamos que nossos parceiros e fornecedores adotem critérios para contratação e acompanhamento da conduta de funcionários, com foco na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.

6.30. Utilizamos programa específico de treinamento de funcionários sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à corrupção.

7. Aprovação

7.1. Instância deliberativa competente: Conselho de Administração.

7.2. Data da última revisão: 24.05.2021.